

**HONORÁRIOS DOS ÁRBITROS NO ÂMBITO DO  
SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS NO MERCOSUL**

**TENDO EM VISTA:** O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, o Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no MERCOSUL, as Decisões N° 37/03, 17/04, 23/04 e 30/05 do Conselho do Mercado Comum e a Resolução N° 40/04 do Grupo Mercado Comum.

**CONSIDERANDO:**

Que o Protocolo de Olivos estabelece que os honorários e demais gastos dos árbitros devem ser determinados pelo Grupo Mercado Comum;

Que resulta conveniente fixar os honorários dos árbitros dos Tribunais *Ad Hoc* e do Tribunal Permanente de Revisão complementando as previsões estabelecidas na Resolução GMC N° 40/04;

**O GRUPO MERCADO COMUM  
RESOLVE:**

Art. 1° – Fixar em mil e quinhentos dólares estadunidenses (U\$S 1.500) os honorários totais de cada árbitro dos Tribunais Arbitrais *Ad Hoc* ou do Tribunal Permanente de Revisão que intervenha, segundo corresponda, no procedimento previsto no artigo 30 do Protocolo de Olivos.

Art. 2° – A atuação dos árbitros dos Tribunais Arbitrais *Ad Hoc* ou do Tribunal Permanente de Revisão, segundo corresponda, nos incidentes processuais que ocorram durante a tramitação dos procedimentos jurisdicionais a que se referem os Capítulos VI a IX do PO, não incorrerá em honorários adicionais aos estipulados para a totalidade dos procedimentos demandados.

Art. 3° – No caso de os Estados Partes em uma controvérsia de comum acordo requererem o pronunciamento do TPR integrado com todos seus membros, para resolver alguma questão de prévio e especial pronunciamento para o funcionamento do tribunal que deve pronunciar-se na controvérsia, os honorários de cada árbitro serão de mil dólares estadunidenses (U\$S 1.000).

Art. 4° – Os honorários e demais gastos dos árbitros que não estejam previstos na normativa vigente serão determinados pelo Grupo Mercado Comum, conforme o estabelecido no artigo 37 del Protocolo de Olivos.

Art. 5° – Esta Resolução não necessita ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes, por regulamentar aspectos da organização ou do funcionamento do MERCOSUL.